

**EMPRESA DE PESQUISA
AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO
RURAL DE SANTA CATARINA -
EPAGRI**

CNPJ 83.052.191/0001-62

Florianópolis - SC

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E
EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -
EPAGRI**

CNPJ 83.052.191/0001-62

Florianópolis – SC

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores em Reais)**

NOTA 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri (“Companhia”), instituída em conformidade com a Lei Estadual nº 5.089, registrada na Junta comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42.3.0001408.7, é uma empresa pública, eminentemente prestadora de serviço público, qualificada como tal pela Lei Complementar nº 473, de 21 de dezembro de 2009, não exploradora de atividade econômica, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, dotada de personalidade jurídica de direito privado.

A Companhia tem por objetivos, planejar, coordenar, orientar, controlar e executar ou promover a execução, de forma descentralizada, a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina, com intuito de promover o desenvolvimento autossustentável da agropecuária catarinense.

Para tanto, a Companhia conta atualmente com 1.648 empregados distribuídos em 23 gerências regionais que apoiam a execução das atividades finalísticas, realizadas através de 4 macro programas e 11 programas institucionais, que produzem tecnologias, produtos e serviços para o atendimento das famílias rurais. Além disto, conta atualmente com 13 Centros de Treinamentos, 09 Estações Experimentais e mais 04 Centros Especializados, que permitem maior capilaridade em todas as ações desenvolvidas diretamente com o homem do campo – o agricultor. A Companhia é considerada dependente do tesouro estadual.

Desta forma, considerando o exposto e para que possa alcançar o equilíbrio financeiro entre receita e despesa, a Companhia vem promovendo a adoção de medidas preventivas e saneadoras que visam o alcance da sustentabilidade mediante o estabelecimento de metas, como:

- a) Reduzir sistematicamente os custos fixos (telefone fixo e celular, cópias, água, luz, etc.), adotando as políticas do governo;



- b) Reduzir os custos operacionais de veículos e equipamentos motorizados, aplicando procedimentos que visem a sua manutenção corretiva e preventiva e, adquirindo novos veículos e equipamentos, otimizando os sistemas de controle de veículos (GVE);
- c) Descentralizar e adequar as licitações na Epagri (Lei nº 8.666), através do processo de pregão, gerando uma competição entre os fornecedores de serviços e produtos à Companhia, pelo princípio da isonomia, além de outros, no intuito de obter a proposta mais vantajosa e, ao mesmo tempo, permitir que os interessados disputem, em igualdade de condições, a realização de negócios com a administração;
- d) Estabelecer parcerias com todas as prefeituras municipais, possibilitando o apoio técnico para a melhoria significativa na qualidade de vida dos agricultores em todas as regiões;
- e) Buscar apoio junto a FAPESC ou outras fontes financiadoras de recursos estaduais e federais para custear projetos de pesquisas (experimentos);
- f) Continuar realizando convênios com entidades governamentais e não governamentais para a implementação de projetos que permitam a melhoria contínua de suas unidades administrativas;
- g) Aumentar o volume de receitas mediante a produção de novas tecnologias, produtos e serviços;
- h) Readequar o sistema Integrado Administrativo e Financeiro – SAFI para acompanhar e gerenciar as múltiplas necessidades técnicas-administrativas – principalmente aquelas voltadas às atividades fins;
- i) Promover aquisições de bens e serviços, por meio de mecanismos que viabilizem a redução de custos operacionais para a execução de atividades da pesquisa e extensão;
- j) Melhorar o modelo de gestão com a identificação das necessidades nos projetos de pesquisa e extensão, a fim de estabelecer objetivos e metas para o desenvolvimento organizacional;
- k) O acionista controlador continua a realizar aportes financeiros durante o exercício de 2016 e seguintes, de maneira a permitir a manutenção normal das atividades da Companhia;
- l) Divulgar a sociedade catarinense, através da publicação do Balanço Social anual, a prestação de contas dos recursos que os catarinenses investem em pesquisa agropecuária e extensão rural e seu retorno social;



Para que estas metas se concretizem, a Companhia está estrategicamente realinhando as ações, para mensurar através da comparação dos resultados obtidos e efeitos produzidos, vinculando os objetivos e metas programados.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 20 de março de 2017.

NOTA 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos financeiros em Equivalentes de Caixa, Contas a Receber de Clientes, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Outros Créditos (crédito de empregados e outros). Esses ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem, principalmente, da provisão de recebimento de recursos. São, inicialmente, reconhecidos pelo custo da operação, incluindo os custos de transação, exceto quando avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. Os valores constantes nas contas a receber de clientes correspondem principalmente pela venda de produtos agropecuários e industrializados e pela prestação de serviços de técnicos de pesquisa, extensão rural, análises, assistência técnica, hospedagem e outros, no decurso normal das atividades da empresa. O prazo para recebimento, determinado no ato da negociação/contratos não ultrapassa um ano, portanto as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*) é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, sendo que de modo geral, correspondem aos valores vencidos a mais de seis meses. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos.

Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa "6".

2.5 ESTOQUES

Os estoques estão registrados pelo custo médio ponderado de aquisição ou de produção. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa "8".

2.6 INVESTIMENTOS

Os Investimentos são compostos por participações em companhias com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA.

2.7 IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/1995. Os bens são depreciados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas determinadas pela legislação fiscal, conforme as taxas descritas na nota explicativa “14”.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis estão registrados pelo custo de aquisição, deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas determinadas pela legislação fiscal. Os detalhes estão descritos na nota explicativa “15”

2.9 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São registrados pelo valor da fatura correspondente. São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, conforme disposto na nota explicativa “16”.

2.10 – DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.11 – RECURSOS A APLICAR

São recursos de convênios firmados entre a companhia e outros órgãos nas esferas federal, estadual ou municipal. Os valores registrados em conta própria do passivo mediante recebimento dos valores, tendo como contrapartida as contas de aplicações financeiras ou conta corrente. À medida em que os recursos vão sendo aplicados no seu devido projeto, são reconhecidos no resultado da companhia.

2.12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, já os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

2.13 – APURAÇÃO DO RESULTADO (RECEITAS E DESPESAS)

A Companhia tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

2.14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real e nas alíquotas estabelecidas pela legislação tributária em vigor.

NOTA 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia, incluindo os repasses do Estado para custeio do serviço público prestado à população catarinense. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa “22”.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

NOTA 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A Companhia está exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- a) Risco de taxa de juros;
- b) Outros riscos de mercado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- a) Caixa e equivalentes de caixa;
- b) Clientes/Fornecedores; e
- c) Parcelamentos tributários e previdenciários.

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos ou perdas da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Quanto ao risco de taxa de juros, a Companhia possui parte dos seus passivos pactuados a taxas de juros fixas e atualizados à Taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e outras taxas utilizadas Tribunal Regional do Trabalho - TRT para os créditos e débitos trabalhistas.

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia não possui dinheiro em caixa. Os equivalentes de caixa são representados por contas bancárias disponíveis, em moeda nacional e investimentos em aplicações de liquidez imediata (curto prazo), como aplicações financeiras e em poupança, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As despesas bancárias, tais como tarifas, são reconhecidas no resultado quando incorridos e os rendimentos (juros e correção monetária) são reconhecidos no resultado quando auferidos.

Representam recursos provenientes das subvenções recebidas do acionista controlador – Estado de Santa Catarina, bem como decorrente das atividades realizadas pela companhia, dos quais R\$ 8.302.496 representam saldo de recursos creditados na conta única do Estado.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Bancos Conta Movimento	8.314.930	3.963.434
Aplicações de Liquidação Imediata	8.674.294	6.220.118
	<u>16.989.224</u>	<u>10.183.552</u>

As Aplicações de Liquidez Imediata, divididas em aplicações financeiras em renda fixa e as aplicações em poupança, são investimentos de curto prazo, que possuem liquidez imediata, avaliados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão vinculadas aos valores a serem aplicados em convênios.

Instituição	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
BB 5806-8 - Convenio 780340/2012 - Queijo Serrano	0	1.648
BB 6138-7 - Convênio 839155/2016 - Modernização ATER	2.900.000	0
CEF - 453006-0 - Convênio 822380/2015 - MDA Estruturação 2015	1.000.776	0
BB 5554-9 - Convênio Embrapa 10200.09/0270-7	0	139.805
BB 5605-7 - Convênio Mpa 081/2010	153.132	154.744
BB 5628-6 - Convênio Embrapa 10200.10/0104-5	611.706	639.778
BB 5806-8 - Convenio 780340/2012 - Queijo Serrano	61.723	65.219
BB 5704-5 Convenio 763624/2011 Erva Mate	232.766	221.705
BB 85.080-2 Finep Lab Epagri-Itajai	527.538	743.764
BB 85050-0 - Finep 01.13.0409.00 Arroz/Feijao/Milho-Sc	1.214.456	2.269.453
BB 5785-1 - Convênio Embrapa 10200.12/0224-9	1.802.724	1.810.822
BB 6052-6 - Mapa Convenio 807365-2014	169.473	173.180
	<u>8.674.294</u>	<u>6.220.118</u>

NOTA 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber de clientes são registrados pelo valor original das notas fiscais de vendas e serviços, das faturas, dos contratos e dos recibos, conforme o caso.

A Companhia adota os seguintes procedimentos na prestação de serviços e nas vendas para clientes:

a) O serviço somente é prestado e os produtos somente são entregues após identificação de pagamento antecipado do cliente (adiantamento); e

b) Quando há contrato formal firmado entre Companhia e cliente, não há necessidade de pagamento antecipado, pois existe a garantia contratual de recebimento da dívida.

Os valores, por ventura, pendentes de recebimento, são encaminhados para as respectivas Unidades da Companhia (de todo o Estado) que emitiram os documentos fiscais e os contratos, para que efetuem o primeiro contato de cobrança com o cliente. Caso a unidade não obtenha sucesso, recomenda-se que encaminhe o processo para a Assessoria Jurídica da Companhia, para que esta tome as medidas legais cabíveis para a cobrança.

Referente às cobranças às Prefeituras Municipais, órgãos públicos e empresas públicas sediados no Estado de Santa Catarina: Em caso de atraso de pagamento, o primeiro procedimento é entrar em contato com a entidade para que regularize os débitos; se após 2 (dois) meses do vencimento ou se existirem 2 (duas) ou mais parcelas em atraso, a EPAGRI efetua o bloqueio da Certidão Negativa de Débitos – CND. Se persistir a situação de inadimplência, a dívida é renegociada através de um Termo de Confissão de Dívida. Como última medida para cobrança, é aberta ação de cobrança judicial.

Os saldos apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a Receber - Clientes - Duplicatas e NFs	376.446	240.887
Contas a Receber - Clientes - Contratos	528.994	546.528
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(236.432)	(120.041)
	<u>669.008</u>	<u>667.374</u>

O aumento de R\$ 135.559,06 no grupo de Contas a Receber – Clientes – Duplicatas e Notas Fiscais, deve-se principalmente pelo ingresso de Notas Fiscais emitidas para a Basf S.A, que geraram um incremento de R\$ 100.000,00. O restante do aumento se deve ao faturamento para vários clientes.

A provisão para devedores duvidosos apresentou a seguinte movimentação:

31 de Dezembro de 2015	Adições	Reversões	31 de Dezembro de 2016
<u>(120.041)</u>	<u>(157.308)</u>	<u>40.917</u>	<u>(236.432)</u>

Durante o exercício de 2016, foram contabilizadas reversões da provisão para créditos de liquidação duvidosa, decorrentes na grande maioria do recebimento financeiro de clientes que estavam em débito na época em que foi constituída a provisão e que regularizam suas dívidas no decorrer do ano de 2016.

Em 31/12/2016 a Companhia em acordo com sua administração constitui nova provisão de perdas para créditos de liquidação duvidosa, para os títulos de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses e para os títulos acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por operação, vencidos há mais de um ano, tendo em vista a suficiência para cobrir prejuízos previstos na realização das respectivas operações, complementando o saldo existente da provisão constituída nos anos anteriores, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. Ressalta-se que as tentativas de cobrança desses valores permanecem nos exercícios subsequentes.

NOTA 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Todos os créditos estão apresentados pelo valor do crédito original e os saldos apresentam a seguinte posição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
IRRF Retido a Recuperar	1.072.324	1.217.627
FGTS a Recuperar	788	788
INSS Retido a Recuperar	200.911	427.405
COFINS Retida a Recuperar	180.615	247.940
PIS Retido a Recuperar	34.628	49.213
CSLL Retida a Recuperar	65.987	53.613
IRPJ - Estimativa Mensal a Recuperar	791.162	822.821
CSLL - Estimativa Mensal a Recuperar	80.389	59.352
INSS Paga a Maior a Recuperar	0	5.879
IRRF Pago a Maior a Recuperar	7.440	7.440
PIS Pago a Maior a Restituir (2011 a 2015)	30.191	6.789
COFINS Paga a Maior a Restituir (2011 a 2015)	140.712	32.859
IRPJ Saldo Negativo a Restituir (2005 a 2011)	1.421.168	955.609
CSLL Saldo Negativo a Restituir (2005 a 2011)	175.790	161.423
Parcelamentos PGFN a Recuperar	1.350.071	1.354.271
	<u>5.552.176</u>	<u>5.403.029</u>

Os créditos relativos ao IRRF a recuperar são oriundos de valores retidos na fonte sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras e sobre as notas fiscais emitidas, de acordo com a legislação vigente, e de valores pagos a maior a compensar.

Os créditos relativos ao INSS a compensar são oriundos de valores retidos na fonte sobre as notas fiscais emitidas, de acordo com a legislação vigente, e de valores pagos a maior a compensar.

Os créditos oriundos de PIS/COFINS/CSLL retidos, referem-se aos valores retidos na fonte sobre as notas fiscais emitidas, de acordo com a legislação vigente. Tais créditos vêm sendo compensados pela Companhia em suas apurações mensais.

O IRPJ e a CSLL por estimativa a recuperar referem-se ao montante pago a maior após o confronto do IRPJ e da CSLL apurados sobre o Lucro Real ao final do exercício de 2012 até 2014 com os valores pagos antecipadamente por estimativa mensal.

A Companhia vem realizando trabalho de recuperação de impostos e contribuições, que tem resultado em pedidos de restituição através de PER/DCOMP's, que se encontram em processo de análise na Receita Federal.

Desta forma, os saldos nas contas de PIS e COFINS Apuração Pagos a Maior a Restituir (dos períodos de 2011, 2012, 2014 e 2015) e das contas de Saldo Negativo de IRPJ e Saldo Negativo da CSLL a Restituir (dos períodos de 2005 a 2008, 2010 e 2011), são resultado deste trabalho de retificação das apurações e da recuperação dos valores destes tributos, cujos Pedidos de Restituição já foram encaminhados através de PER/DCOMP's.

Os saldos nas contas de Parcelamentos PGFN a Recuperar refere-se a valores pagos principalmente no parcelamento da Multa DIF Papel Imune e no parcelamento de IRPJ e CSLL de 2009, que aguardam consolidação do parcelamento, conforme nota nº 18 – obrigações fiscais e tributárias.

NOTA 8. ESTOQUES

Os estoques apresentam a seguinte composição:

- a) Estoques de produtos em formação e em elaboração: avaliado pelo valor dos custos dos insumos aplicados, pois durante o período de formação são alocados os custos com mão-de-obra, materiais diretos, tais como, adubos, calcários, produtos químicos e biológicos, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes e outros, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal para levar cada produto à sua atual condição e localização;

- b) Estoque de materiais de embalagem e acondicionamento: utilizados no processo de industrialização e beneficiamento dos produtos de produção própria, e avaliado pelo valor do custo médio ponderado de aquisição;
- c) Estoque de produção própria de produtos agropecuários e industrializados: os produtos acabados são avaliados pelo custo médio de produção, alocados os custos incorridos com a produção e fabricação, como mão-de-obra, matéria-prima, materiais diretos, tais como, adubos, calcários, produtos químicos e biológicos, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens, rações, medicamentos e outros e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal para levar cada produto à sua atual condição e localização;
- d) Estoque de produtos em armazém geral de terceiros: avaliado pelo valor do custo médio de produção no momento da remessa para estocagem;
- e) Estoque de produtos em poder de terceiros para industrialização ou beneficiamento: avaliado pelo valor do custo médio de produção no momento da remessa para industrialização ou beneficiamento;
- e) Estoque de almoxarifados (materiais de consumo): avaliado pelo custo médio de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía em formação e em elaboração os seguintes produtos: vinho, soja, milho, feijão, maçã, tomate, sementes de feijão, de milho e de arroz, uva, erva-mate, cana-de-açúcar, ameixa, arroz, banana, mudas de banana, borbulhas cítricas e outros frutos, impressos (livros, boletins técnicos, boletins didáticos e outros).

Os estoques de produtos acabados, na grande maioria, são decorrentes do excesso da produção utilizada para pesquisa.

Os saldos estão assim representados, a saber:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos em Formação e em Elaboração	599.074	411.649
Produção Própria de Produtos Agropecuários	378.309	322.373
Produção Própria de Produtos Industrializados	485.262	430.522
Materiais de Embalagem e Acondicionamento	6.845	1.626
Produtos em Armazém Geral de Terceiros	10.026	17.439
Produtos em Poder de Terceiros p/Ind.	1.439	1.426
Almoxarifado (Material de Consumo)	252.208	176.954
	<u>1.733.163</u>	<u>1.361.989</u>

NOTA 9. OUTROS DIREITOS A REALIZAR

Os saldos financeiros apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Adiantamentos a Empregados	749.242	659.236
Outros Valores e Direitos a Receber e Realizar	156.560	182.558
Adiantamentos de Fundos/Recursos (Gerências Regionais)	144.779	140.293
Adiantamentos de Fundos/Recursos (Sede Administrativa)	48.603	53.055
	<u>1.099.184</u>	<u>1.035.142</u>

Do montante total de adiantamentos a empregados, os créditos mais expressivos referem-se aos valores apropriados na conta de Adiantamento de 13º Salário, Adiantamento de Férias e Gratificação de 1/3 de Férias.

A EPAGRI atende o disposto na Cláusula Nona dos Acordos Coletivos de Trabalhos 2016/2017, que determina que quando o empregado requerer até 15 (quinze) dias antes do gozo de férias, a Empresa pagará a título de adiantamento, 50% (cinquenta por cento) do seu 13º Salário. Quando o empregado for escalado para gozar suas férias no mês de janeiro e tiver solicitado antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário, este é pago juntamente com o salário das férias. Desta forma, a Empresa adiantou o pagamento da 1ª parcela do 13º salário/2017 em 21/12/2016 para os empregados que solicitaram a antecipação e que gozaram férias em janeiro/2017.

O total de outros direitos e valores a receber e a realizar é composto principalmente da importância de R\$ 149.735,44, referente às faturas de ressarcimento, à Epagri, dos valores correspondentes a salários, 13º salário e encargos, dos empregados da Companhia colocados à disposição de outros órgãos da Administração Estadual, não dependentes do Tesouro do Estado, e de órgãos pertencentes aos Poderes da União ou dos Municípios, conforme normativa estabelecida pela Resolução CPF Nº 017/2012. Normalmente o ressarcimento financeiro por parte dos órgãos ocorre dentro de 30 (trinta) dias da emissão das faturas.

Na data de 31/12/2016, a EPAGRI possuía devidamente formalizada, por meio de Ato do Governador do Estado publicado no Diário Oficial de Santa Catarina, 09 (nove) empregados à disposição de outros órgãos, com ônus ressarcido, a saber: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN (1), Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (7), Município de Abdon Batista (1).

Os Adiantamentos de Fundos/Recursos (Gerências Regionais e Sede Administrativa) referem-se a adiantamentos concedidos as gerências da EPAGRI, que se destinam ao pronto pagamento de pequenas despesas, devendo os responsáveis, prestar contas em 60 (sessenta) dias a contar da data do adiantamento, conforme Decreto Estadual nº 37/1999 e Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

NOTA 10. PDVI - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA E INCENTIVADA A APROPRIAR

No exercício de 2013 foi instituído o Plano de Demissão Voluntária e Incentivada – PDVI 2013, decorrente do Decreto Estadual nº 1.341/2013, tendo sido aprovado pela Diretoria Executiva da Companhia por meio da Deliberação nº 05/2013, pelo Conselho de Administração da Epagri, conforme Ata de Reunião nº 62/2013, e pelo Conselho de Política Financeira do Estado através da Resolução CPF nº 019/2013 e nº 46/2013.

O desligamento dos empregados ocorreu no período de dezembro de 2013 a maio de 2015, sendo que ao todo aderiram ao PDVI 602 empregados. O pagamento da 1ª parcela do PDVI ocorreu em janeiro de 2014 e o pagamento da última parcela, a quem de direito, ocorrerá ao final do mês de maio de 2018.

Em junho de 2016 ocorreu a correção das parcelas vincendas do PDVI (código 1081), conforme previsto na cláusula 12.2 do regulamento do PDVI, de modo que para os desligamentos ocorridos até abril de 2015 a correção foi de 10,1303% e para os desligamentos ocorridos até maio de 2015 a correção foi de 9,3217%.

O saldo de PDVI a apropriar apresenta a seguinte composição:

31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015
Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
34.387.579	9.072.322	42.549.645	40.350.250

NOTA 11. DESPESAS A APROPRIAR

As despesas a apropriar estão registradas no ativo circulante, sendo apropriadas mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, assinaturas e entre outros. Os saldos apresentam a seguinte composição:

31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
------------------------------	------------------------------

Outras Despesas Antecipadas	1.743	1.740
Seguro Predial (Imóveis)	1.625	1.718
Assinaturas Jornais- Revistas – Informativos	4.286	3.284
Sistemas Informatizados e antivírus	5.287	68.736
Seguros de Veículos	28.255	19.826
	<u>41.196</u>	<u>95.304</u>

NOTA 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados no Ativo Não Circulante, outros créditos e valores, referentes a interposição de recursos/depósitos judiciais e a garantias de juízo. Os depósitos judiciais não são atualizados monetariamente. Os saldos apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Depósitos Judiciais - Interposição de Recursos	952.330	849.454
Depósitos Judiciais - Garantias de Juízo	4.231.893	4.584.410
Depósitos Judiciais - Ações de Autoria da Epagri	<u>81.236</u>	<u>53.939</u>
	<u>5.265.459</u>	<u>5.487.803</u>

NOTA 13. INVESTIMENTOS

Os Investimentos são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA, e seu valor permaneceu inalterado desde 31/12/2015. Durante o exercício de 2016 não foram efetuadas alienações, nem aquisições de Ações.

Os saldos financeiros estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2016 Em R\$	31 de dezembro de 2015 Em R\$
Oi S.A (Ações ON)	347	347
Telec Brasileiras S.A. Telebrás (Ações ON)	48	48
Telec Brasileiras S.A. Telebrás (Ações PN)	13	13
Telefônica Brasil S.A (Ações ON)	13.757	13.757
Telefônica Brasil S.A (Ações PN)	15.416	15.416
Tim Participações S.A (Ações ON)	<u>4.971</u>	<u>4.971</u>
	<u>34.552</u>	<u>34.552</u>

Em 04/04/2016, conforme Aviso aos Acionistas de 02/03/2016, ocorreu o grupamento das Ações TELB3 ON e TELB4 PN representativas do capital social da TELECOM BRASILEIRAS S.A. TELEBRAS, na proporção de 10 ações p/ 1 fração da mesma espécie. As demais participações permaneceram inalteradas. Segue demonstração da evolução patrimonial e quantitativa das Ações:

	31 de dezembro de 2016 Ações	31 de dezembro de 2015 Ações
Oi S.A (Ações ON)	141	141
Telecom Brasileiras S.A. Telebrás (Ações ON)	02	20
Telecom Brasileiras S.A. Telebrás (Ações PN)	02	21
Telefônica Brasil S.A (Ações ON)	413	413
Telefônica Brasil S.A (Ações PN)	430	430
Tim Participações S.A (Ações ON)	730	730
	<u>1.718</u>	<u>1.755</u>

NOTA 14. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/Dez./1995 (com exceção dos grupos: biblioteca, equipamentos de cozinha/lavanderia, aeronaves e animais de trabalho, que não sofreram correção), deduzido da depreciação acumulada, exceto para terrenos, direitos de uso de telefone e imobilizações em andamento. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas determinadas pela legislação fiscal.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Em novembro de 2016, foi contabilizado no Grupo Bens em Andamento, na conta Bens Imobilizado “não em uso” (cód. Reduzido 2854), o valor de R\$ 28.720,00 referente à aquisição do item Mac Pro – Apple, NF 192 de 29/11/2016, Fornecedor Gustavo H. M. Cherubini ME. Tal fato se deu em decorrência do item não ter sido entregue até 31/12/2016, portanto não sofrendo depreciação. O bem foi recebido pela companhia em 24/02/2017, e seu pagamento efetuado em 24/03/2017.



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Em 2016 foram transferidos os saldos de contas do grupo Bens em Andamento (4693) para a conta Edificações (4294): em novembro/2016 – R\$ 1.753.007,20 e em dezembro/2016 – R\$ 416.427,22

Ressalta-se quanto aos Bens em Gravame (Penhorados) que são controlados pelos setores de Patrimônio e Jurídico, constando os seguintes bens em 31/12/2016:

1) Veículos

- Veículo Placa Mdp-2689, Frota 1753, Fiat Siena Elx , Chassi Nr.9bd17201b53138149, Motor Nr. 178e9011*6212972* **Número do RP 52703**

(Obs: Penhorado Em 18/07/2011 Processo Rt 00085-2009-012-12-00-7- Sind. Méd. Vet. Est. Sc - Simevet - Vara Joaçaba - Alcindo Effing)

Valor de Entrada do bem: R\$ 35.000,00

Valor Penhorado: R\$ 35.000,00

2) Terrenos

- **Matrícula n 18476** - Terreno Área 243.441.57 M2 Com Prédio De Refeitório Alojamentos A,B E C E Demais Benfeitorias - Doador P/Gov.Estado.

Obs: Penhorado em 21.03.02 - Fazenda Nacional Processo 2002.72.00.002228-0

Valor de Entrada do bem: R\$ 766.157,51

Valor Penhorado: R\$ 766.157,51

- **Matrícula n 12003** - Terreno Com Área De 19.017,82145 M2,Situado Em Itacorubi - Fpolis.

Obs: Penhorado Em 18/07/1997 Seagro

Valor de Entrada do bem: R\$ 87.593,02

Valor Penhorado: R\$ 87.593,02

Os reparos e manutenções dos imobilizados são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que forem constituídos, observado provável benefício econômico futuro, que ultrapassar o padrão de desempenho



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

inicialmente avaliado para o ativo. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os saldos estão a seguir demonstrados:

		31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Taxa	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor
IMOBILIZADO	Deprec.	Aquisição	Acumulada	Residual	Aquisição	Acumulada	Residual
Terrenos		1.882.489	0	1.882.489	1.882.489	0	1.882.489
Benfeitorias	10%	8.063.520	(4.018.883)	4.044.637	7.016.742	(3.485.557)	3.531.185
Edificações	4%	9.848.984	(4.800.031)	5.048.953	7.679.680	(4.549.625)	3130055
Instalações	10	2.058.566	(1.317.414)	741.152	2.061.021	(1.180.353)	880.668
Direitos Uso Telef one	-	92.072	0	92.072	92.072	0	92.072
Máquinas e equipamentos Agrop.	10%	5.073.492	(1.890.748)	3.182.743	4.533.793	(1.606.347)	2.927.446
Móveis em Geral	10%	4.683.408	(3.333.292)	1.350.116	4.646.412	(3.268.117)	1.378.295
Outras Máquinas, equip., Apar	10%	25.090.241	(13.148.721)	11.941.518	23.829.991	(11.978.237)	11.851.754
Bens para Transportes Terrestres	20%	14.092.660	(10.236.287)	3.856.373	14.791.189	(9.073.513)	5.717.676
Biblioteca	10%	16.541	(9.584)	6.957	16.541	(7.929)	8.613
Embarcações	10%	338.187	(311.777)	26.410	338.187	(309.513)	28.675
Computadores e Periféricos	20%	10.898.819	(6.562.680)	4.336.139	10.675.199	(5.557.955)	5.117.244
Utensílios e Aparelhos Domésticos	10%	647.592	(206.744)	440.848	549.290	(159.467)	389.823
Aeronaves	10%	0	0)	0	1.131.070	(1.131.070)	0
Equip de Áudio, Vídeo e Foto	10%	164.666	(32.749)	131.917	152.507	(18.143)	134.364
Sistemas Aplicativos (Softwares)	20%	2.313.869	(2.195.195)	118.674	2.522.854	(2.242.509)	280.345
Aparelhos de Telec. e Videoconf.	20%	3.125.000	(631.137)	2.493.863	1.830.000	(104.717)	1.725.283
Ativo Biológico	10	6.451	(6.451)	0	6.451	(6.451)	0
Bens em Andamento	-	1.643.695	0	1.643.695	2.867.480	0	2.867.480
Ativo Biológico (Correc. Monet.)	20%	12	(12)	0	12	(12)	0
Imobilizado - Correção Monetária	10%	2.716.116	(1.375.987)	1.340.490	2.824.836	(1.484.346)	1.340.490
		92.756.380	(50.077.690)	42.678.690	89.447.815	(46.163.859)	43.283.956

Sede administrativa - Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, C.P. 502, fone: (48) 3365-5000
Fax: (48) 3665-5010, internet: <http://www.epagri.sc.gov.br>, e-mail: epagri@epagri.sc.gov.br
88034-901 Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
CGC Nº 83.052.191/0001-62 - INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 250.403.498



NOTA 15. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. A Companhia possui registrados os direitos de uso de sistemas aplicativos (software) ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas determinadas pela legislação fiscal. Também possui registrados os sistemas (software) que estão sendo desenvolvidos por terceiros sob encomenda, pelo custo de aquisição.

Em 01/11/2016, foi transferido o valor de R\$ 504.077,68 da conta Softwares em Desenvolvimento (1618), pois estão finalizados e em uso, para a conta de Sistemas Aplicativos (Softwares) (1616).

O Saldo representa R\$ 2.867.913 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.614.702 em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 16. FORNECEDORES

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Os fornecedores são registrados, pelo valor da fatura correspondente. São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

A Companhia efetua os pagamentos de seus fornecedores sempre em dia, preferencialmente até a data de vencimento, contudo obedecendo ao calendário de pagamentos da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

O processo de licitação, de forma geral, é descentralizado na Companhia, gerando dessa forma todo um trâmite para efetivação dos pagamentos. Já o efetivo pagamento é centralizado na sede da companhia em Florianópolis, desta forma, o processo inicia-se no setor compras das unidades da companhia espalhadas por todo o Estado de Santa Catarina. As unidades reúnem toda a documentação necessária para encaminhamento do pagamento e remetem via malote para a sede em Florianópolis, onde a documentação é recepcionada pelo Setor Fiscal e Tributário, que analisa todos os documentos fiscais, e encaminha o processo para o setor de Liquidação, onde este verifica e valida os documentos necessários para realização do processo de pagamento, tais como, Certidões Negativas de Débitos - CND, atestos de recebimento material, atesto do gerente que autorizou a compra, etc. Após a liquidação é encaminhado o processo para pagamento ao setor de Tesouraria, que deve ainda obedecer ao calendário da Secretaria de Estado da Fazenda.

Na ocorrência de atraso de pagamento a fornecedor, tal fato deve-se a alguma irregularidade por parte do mesmo, no momento em que a Companhia tenta efetuar a quitação da dívida. Por exemplo, no ato da contratação e da emissão da Nota Fiscal o fornecedor pode ter apresentado todas as suas Certidões Negativas de Débitos - CND, todos os documentos necessários, mas entre a data de emissão da Nota Fiscal e a data de vencimento para pagamento, alguma CND pode ter vencido e o fornecedor pode ter adquirido alguma pendência junto ao fisco e consequentemente não ter renovada sua CND. A Companhia por sua vez, confere todas as CND's no momento da contratação (se houver pendência não se autoriza a entrada do fornecedor no tramite licitatório) e também no momento do efetivo pagamento, portanto se houver alguma pendência no momento do pagamento, este não é efetuado até que o fornecedor regularize a sua situação (salvo quando se trata de contrato com fornecedor exclusivo/único e cuja interrupção de fornecimento de serviço ou produto venha a ferir o Princípio da Continuidade do Serviço Público).

Vale lembrar, que nos casos acima não há qualquer prejuízo a Companhia, pois o serviço foi prestado ou o produto foi entregue e os valores quando pagos não sofrem qualquer correção monetária, multa ou incidência de juros, obedecendo ao empenho original da despesa.

O valor total de R\$ 1.317.247 encontra-se em aberto há mais de 360 dias em virtude da existência de irregularidades, apuradas por meio de sindicância, quando da contratação dos serviços terceirizados da empresa Triângulo Limpeza e Conservação Ltda. Foi aberto procedimento de Tomada de Contas Especial que, após sua conclusão, foi remetido ao Tribunal de Contas do Estado e aguarda-se julgamento.

Os saldos estão assim demonstrados:	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Triangulo Limpeza e Conservação Ltda	1.317.247	1.317.247
Fornecedores Diversos	2.110.077	3.406.214
	<u>3.427.324</u>	<u>4.723.461</u>

O saldo de 2016 decorre principalmente de notas fiscais emitidas em dezembro de 2016 pagas em janeiro de 2017, como saldos abaixo:

	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Bio Rad Laboratórios Brasil Ltda	101.999	0
Tecnal Equipamentos p/ laboratório Ltda	179.000	0
Fundo de Materiais Public. E Impressos Oficiais SC	257.117	93.206

Harley de Aguiar Junior ME	113.389	0
	<u>651.505</u>	<u>93.206</u>

NOTA 17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
INSS a Recolher	3.945.829	0	4.182.479	0
CERES - Previdência Complementar	3.528.784	0	2.138.628	0
CASACARESC - Programa de Saúde	1.968.129	0	37.895	0
AMACA a Pagar	694.891	0	0	0
IRRF Retido a Recolher	1.413.088	0	0	0
Outras Obrigações	112.866	0	7.161	0
Emprést. Consig. Empreg. a Repassar	401.092	0	0	0
Parcelamento Trabalh. Proc. Seagro	121.812	0	2.472.592	0
PDVI - Progr. Demissão Voluntária	34.387.579	9.072.322	42.549.645	40.350.250
Parcelamento PAES - INSS	<u>2.932.348</u>	<u>1.378.771</u>	<u>2.818.063</u>	<u>4.051.170</u>
	<u>49.506.418</u>	<u>10.451.093</u>	<u>54.206.464</u>	<u>44.401.420</u>

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
PDVI - Progr. Demissão Voluntária	43.459.901	82.899.895
Parcelamento PAES - INSS	<u>4.311.119</u>	<u>6.869.232</u>
	<u>47.771.020</u>	<u>89.769.127</u>

I – PARCELAMENTO PROCESSO TRABALHISTA SEAGRO

Em junho/2011, deu-se início ao parcelamento decorrente de sentença judicial referente ao Processo Trabalhista SEAGRO 4507-86.2010.5.12.0036 (antigo 045/1993 e 311/1993), onde os Engenheiros Agrônomos por meio do Sindicato requereram o pagamento do Adicional de Insalubridade. O prazo para pagamento era de 60 meses e teve início em junho/2011, com parcelas fixas mensais.

As parcelas sofreram atualização anualmente no mês de junho, sobre o valor apurado em 31/mar./2011, tornando-se fixa de 12 em 12 meses, adotando o mesmo critério e condições do Tribunal Regional do Trabalho - TRT para os créditos trabalhistas. Em junho/2015 o indexador trabalhista aplicado foi de 0,97125008 e a taxa de juros de mora trabalhista aplicada foi de 12,17%. Em 31/05/2016 foi efetuado o pagamento da última parcela, restando um saldo de R\$ 121.811,70, o qual a Companhia está aguardando a manifestação do Juiz para intimação das partes, apuração dos valores e expedição do arquivamento definitivo do processo.

I – PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA E INCENTIVADA - PDVI

No exercício de 2013 foi instituído o Programa de Demissão Voluntária e Incentivada – PDVI 2013, decorrente do Decreto Estadual nº 1.341/2013, tendo sido aprovado pela Diretoria Executiva da Companhia por meio da Deliberação nº 05/2013, pelo Conselho de Administração da Epagri, conforme Ata de Reunião nº 62/2013, e pelo Conselho de Política Financeira do Estado através da Resolução CPF nº 019/2013 e nº 46/2013.

O pagamento da 1ª parcela do PDVI ocorreu em janeiro de 2014 para 54 empregados, cujo desligamento ocorreu em dezembro de 2013. Ao todo aderiram ao PDVI 2013, 602 empregados, sendo que destes 155 empregados se desligaram em 30/05/2015, data final para desligamento através do PDVI. O pagamento da última parcela do PDVI, a quem de direito, ocorrerá ao final do mês de maio de 2018.

Sobre os valores pagos a título de PDVI não incidem os encargos patronais FGTS e INSS.

Em junho de 2016 ocorreu a correção das parcelas vincendas do PDVI (código 1081), conforme previsto na cláusula 12.2 do regulamento do PDVI, de modo que para os desligamentos ocorridos até abril de 2015 a correção foi de 10,1303% e para os desligamentos ocorridos até maio de 2015 a correção foi de 9,3217%.

O saldo de PDVI a pagar em 31/12/2016 é no montante de R\$ 43.459.900,96 e apresenta a seguinte composição:

31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015
Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
34.387.579	9.072.322	42.549.645	40.350.250

II – PARCELAMENTO PAES LEI Nº 10.684/03 INSS

Em julho de 2003, a Companhia optou pelo ingresso no Parcelamento Especial – PAES (REFIS II), nos termos da Lei nº 10.684/03, o qual possibilitou um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os débitos relativos a tributos e contribuições administrados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em 180 parcelas mensais. O débito é pago em parcelas mensais e consecutivas equivalentes a 1,5% da receita bruta mensal, corrigidos mensalmente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sendo liquidadas no vencimento como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no PAES.

Como garantia a este parcelamento foram oferecidos na época imóveis situados nos municípios de Florianópolis, São Joaquim e Lages. Até 31/12/2016 foram pagas 162 parcelas, restando 18 parcelas a recolher, com término previsto para junho de 2018.

NOTA 18. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Os saldos apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
INSS Retido a Recolher	288.411	0
IRRF Retido a Recolher	38.699	2.793
ISS Retido a Recolher	28.173	29.510
Contribuições Sociais Retidas a Recolher	134.368	5.158
IPI a Recolher	413	110
PIS Apuração a Recolher	24.952	32.708
COFINS Apuração a Recolher	114.924	150.653
Taxa Licenciamento Veículos a Recolher	0	470
Parcelamento Multa DIF Papel Imune	1.063.300	1.063.300
Parcelamento PGFN - IRPJ e CSLL 2009	626.271	626.271
	<u>2.319.511</u>	<u>1.910.973</u>

A EPAGRI obteve em março/2010 o benefício fiscal de isenção de todos os impostos estaduais devidos ao Estado de Santa Catarina, com base no Decreto nº 2.974/2010 e Manifestação da Gerência de Tributação da Secretaria de Estado da Fazenda Informação nº 012/Getri/2010. Desta forma, a Companhia está isenta do ICMS, exceto nas operações de substituição tributária, e também está isenta do IPVA devido sobre



os veículos de sua propriedade.

Quanto aos tributos retidos a recolher (INSS, IRRF, ISS e Contribuições Sociais - PIS/COFINS/CSLL) todos se referem a retenções efetuadas de pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços para a Companhia.

O Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI decorre do confronto dos créditos do IPI com os débitos do IPI apurados em cada mês, nas operações de fabricação própria de vinhos e cachaças.

I – PARCELAMENTO MULTA DIF PAPEL IMUNE

A EPAGRI foi notificada a pagar as multas pela entrega fora do prazo das Declarações DIF Papel Imune, referentes aos períodos base de 07/2002, 10/2002, 01/2003, 04/2003, 07/2003, 10/2003, 01/2004, 04/2004 e 07/2004, para a Secretaria da Receita Federal. A Assessoria Jurídica da Companhia recorreu, em todas as instâncias, da notificação, mas sem sucesso.

Em 13/jun./2011, a Companhia apropriou a dívida, líquida e certa, que já estava em Dívida Ativa na Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional - PGFN, bem como a opção pelo parcelamento da dívida, nos termos da Lei nº 10.522/02, no valor total inicial de R\$ 1.830.633 em 60 parcelas.

Este parcelamento estava sendo amortizado em parcelas mensais e consecutivas, e o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, era acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Em 12/nov./2013 foi requerida via internet a adesão ao Parcelamento da Lei nº 11.941/09, conforme os termos do art. 17 da Lei nº 12.865/13 na modalidade "PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários (código de receita 3841)", junto a PGFN e aguarda-se o deferimento e consolidação da dívida pela PGFN.

A dívida foi parcelada em 20 (vinte) vezes, com início no mês de novembro de 2013 e término em junho de 2015. Tendo feito o Pedido de Parcelamento da Lei nº 11.941/09, a Epagri encaminhou a PGFN o Recibo de Desistência ao Parcelamento Ordinário (anterior) de que trata o art. 10 da Lei 10.522/02.

O saldo total existente em 11/11/2013, de que trata o art. 10 da Lei 10.522/02, referente a Inscrição 91.6.07.002207-46, foi integralmente transferido para outra conta contábil 2016 - (PC) Parcelamento Lei 11941/2009 PGFN - Multa DIF Papel Imune - Inscr. 91607002207-46.

Os recolhimentos efetuados a partir do mês de novembro de 2013, referentes ao

Parcelamento da Lei nº 11.941/009 - Cód. Receita 3841 - Inscrição 91.6.07.002207-46, foram lançados como em conta do Ativo Circulante (Conta Contábil 2017), até que ocorra o deferimento e consolidação da dívida pela PGFN. Pelos cálculos da Companhia os valores recolhidos são suficientes para liquidar a dívida.

Quando houver a consolidação do parcelamento, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, os valores pagos pela Companhia serão deduzidos do saldo devedor calculado pela Secretaria da Receita Federal. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, não há previsão de consolidação e homologação deste parcelamento.

II – PARCELAMENTO ORDIN. IRPJ E CSLL S/ LUCRO DE 2009 A RECOLHER

Em abril de 2010 a EPAGRI obteve deferimento do parcelamento ordinário espontâneo (Processo nº 11516-001460/2010-41), junto a Receita Federal do Brasil, referente aos débitos de IRPJ e CSLL sobre o Lucro, devidos por estimativa mensal do exercício 2009, a ser pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, atualizado mensalmente pela Taxa SELIC e com vencimento (liquidação para março/2015).

Posteriormente, em agosto/2014, a EPAGRI fez a adesão ao parcelamento da Lei 12.996/2014. O saldo devedor da dívida foi reclassificado para conta “Parcelamento PGFN – IRPJ e CSLL 2009”, do grupo Obrigações Fiscais e Tributárias, do Passivo Circulante (conta contábil 2160).

Os pagamentos estavam sendo realizados mensalmente, em DARF única, e contabilizados no Grupo “Tributos a Recuperar”, do Ativo Circulante (conta contábil 2159). Em 2015, foi recolhido o montante de R\$ 158.388,72, tendo como último pagamento efetuado em junho de 2015, sendo que pelos cálculos da Companhia foi suficiente para liquidar a dívida.

Quando houver a consolidação do parcelamento, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, os valores pagos pela Companhia serão deduzidos do saldo devedor calculado pela Secretaria da Receita Federal. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, não há previsão de consolidação e homologação deste parcelamento.

NOTA 19. PROVISÕES TRABALHISTAS

Os saldos apresentam a seguinte composição:

31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
------------------------------	------------------------------

	Passivo Circulante	Passivo Circulante
Provisão p/ Férias e Grat. 1/3 s/ Férias	8.575.453	7.160.882
Provisão p/ Encargos Sociais s/ Férias e Grat. 1/3 s/ Férias	3.873.706	3.363.251
Provisão p/ Gratificação de Férias de 25%	1.359.472	1.160.032
Provisão p/ Encargos Sociais s/ Gratif. de Férias de 25%	587.898	524.880
Provisão p/ Licença Especial Adquirida	18.203.159	14.974.009
Provisão p/ Encargos Sociais s/ Licença Especial Adquirida	7.789.278	6.718.808
Provisão p/ Licença Especial Proporcional	5.509.997	4.242.469
Provisão p/ Encargos Sociais s/ Licença Especial Proporc.	2.371.563	1.910.271
	<u>48.270.526</u>	<u>40.054.602</u>

A provisão para gratificação de férias de 25% foi aprovada através da Resolução CPF nº 17/2010 e Norma Interna da EPAGRI, Item 4.4.7, sendo calculada mensalmente a razão de 1/12 sobre 25% do salário do empregado. O pagamento da gratificação é efetuado anualmente ao empregado através da folha de pagamento no mês seguinte a aquisição do período aquisitivo de férias.

A provisão para licença especial é calculada a razão de 30 dias para cada período aquisitivo de 5 (cinco) anos, tendo o empregado o direito ao gozo de 30 dias de licença, podendo ser convertido em pecúnia nos casos de demissão sem justa causa, falecimento ou aposentadoria por invalidez.

NOTA 20. RECURSOS DE CONVÊNIOS A APLICAR

Compreende a antecipação de recursos para o desenvolvimento de projetos, convênios e formação de parcerias com diversas entidades.

Os saldos apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
EMBRAPA - Convênio 10200.09/0270-7	0	139.805
MPA 081/2010	152.544	154.157
EMBRAPA 10200.10/0104-5	527.956	556.028
Mapa - Queijo Serrano	14.543	22.054
Erva mate	175.548	167.979
FINEP LAB Epagri - Itajaí	527.538	743.764
EMBRAPA 10200.12/0224-9	1.802.724	1.810.822
FINEP 01.13.0409.00	1.214.456	2.269.453
MAPA conv. 807365-2014	165.373	169.080

SEAD – Modernização ATER – Conv. 839155/16	2.900.000	0
SEAD – ESTRUTURAÇÃO 2015 – Conv. 822380/15	1.000.776	0
	<u>8.481.458</u>	<u>6.033.141</u>

NOTA 21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os saldos estão assim demonstrados:	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Adiantamentos de Clientes	140.055	185.391
Valores em Caução	28.518	23.504
Outros Credores	688	595
	<u>169.261</u>	<u>209.490</u>

O saldo de R\$ 140.646 no grupo de adiantamentos de clientes decorre dos seguintes procedimentos adotados pela Companhia, desde o mês de outubro de 2010, na prestação de serviços e nas vendas para clientes:

- a) O serviço somente é prestado e os produtos somente são entregues depois de identificado que o cliente efetuou o pagamento antecipado (adiantamento); e
- b) Quando há contrato formal firmado entre EPAGRI e cliente, não há necessidade de pagamento antecipado, pois existe a garantia contratual de recebimento da dívida.

O saldo da conta Outros Credores decorre, principalmente, de valores em caução.

NOTA 22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Os saldos estão representados a seguir:	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Provisão P/ Contingências Trabalhistas	5.821.066	6.141.293
Provisão P/ Contingências Cíveis	1.700.000	1.725.678
Provisão P/ Contingências Fiscais e Tributárias	20.505.367	686.440
	<u>28.026.433</u>	<u>8.553.410</u>
(-) Depósitos Judiciais	(1.033.567)	(903.393)
(-) Garantias em Juízo	(4.231.893)	(4.584.410)
Saldo Líquido	<u>22.760.973</u>	<u>3.065.607</u>

Em relação às ações da Companhia, apresentamos a seguinte composição:

O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.

Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.

Adicionalmente, é importante notar que as decisões judiciais favoráveis de primeiro ou de segundo grau podem não ser tão importantes quando há desfecho (julgamento final) desfavorável em tribunal superior ou de última instância. Também, a menos que do ponto de vista processual já exista problema que possa acarretar determinado desfecho, no prognóstico não devem ser levados em conta essas eventuais circunstâncias, tais como eventuais perdas de prazos, etc. a que estão sujeitos quaisquer processos.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.

I – PROCESSOS CÍVEIS – EPAGRI COMO AUTORA

Depósitos Judiciais	R\$	81.236
---------------------	-----	--------

Trata-se de processos cujo objeto consiste em indenizações por dano material e cobranças de dívidas.

Por oportuno, informamos que a escassez de ações de cobrança ajuizada pela Companhia decorre do fato de que se trata de uma empresa pública prestadora de serviço e não exploradora da atividade econômica, de modo que sua relação se



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

dá em regra com prefeituras e outros órgãos públicos, cujo procedimento de cobrança de eventuais pendências tem alcançado notável êxito com a providência administrativa de travamento da Certidão Negativa de Débitos - CND, e, de outro lado, eventuais pendências com particulares não compensam pecuniariamente a propositura de uma ação judicial, mas somente providências administrativas de cobranças, em função do diminuto valor envolvido.

Não houve processos classificados como “remoto”, porquanto a assessoria jurídica da Companhia não ajuíza ações sem que exista a plausibilidade do direito invocado, sob pena de desnecessária condenação judicial ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor da parte contrária.

II – PROCESSOS CÍVEIS – EPAGRI COMO RÉ

Probabilidade	Valor Estimado
Provável	R\$ 1.700.000
Possível	R\$ 5.290.381

Nos processos cíveis não constam valores depositados judicialmente pela Companhia.

III – PROCESSOS FISCAIS TRIBUTÁRIOS – EPAGRI COMO RÉ

Probabilidade	Valor Estimado
Provável	R\$ 20.505.367
Possível	R\$ 4.759.200

Tratam-se de processos cujo objeto consiste na incorreção na base de cálculo do FPAS e sobre contribuições previdenciárias, sendo que os mesmos estavam avocados pela Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina e se encontravam em grau de recursos nos tribunais superiores.

Outrossim, o processo nº 2007.72.000065275, a que se refere a CDA nº 370005503 teve seu prosseguimento no ano de 2017, sendo que as demais execuções estão apenas aos autos dessa CDA. O processo nº 2007.72.000065240 teve seu trânsito em julgado em 02/09/2016, quando a Epagri passou, então, a atuar no feito. Destaca-se, por fim, que os débitos foram objeto de parcelamento junto a Receita Federal por meio do Programa de Regularização Tributária aberto pela MP nº 766/2017 e no caso dos processos, de nº 2007.7200.0065.287 (CDA - 37.000.546-5) e 2007.7200.0065.251 (CDA - 37.002.684-5 e 37.002.686-1) os débitos foram devidamente quitados por esta companhia em 23/02/2017.

Não há depósitos judiciais referentes aos processos fiscais-tributários.

IV – PROCESSOS TRABALHISTAS – EPAGRI COMO RÉ

Probabilidade	Valor Estimado
Provável	R\$ 5.821.066
Possível	R\$ 4.373.988
Depósitos Judiciais	R\$ 5.184.224

Os depósitos judiciais contemplam as hipóteses de depósitos recursais e depósitos para “garantia do juízo”, estando os processos em tramitação judicialmente.

Tratam-se de processos trabalhistas cujos objetos contemplam os seguintes temas: adicional de insalubridade, hora extra, verbas rescisórias e indenização por danos morais.

Nos autos Processo nº 1053/1996, consta bloqueio judicial no valor de R\$ 2.099.090, realizado em 13/Jun./2007, sendo que o feito se encontra em grau de recurso no Tribunal Regional do Trabalho.

NOTA 23. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social apresenta a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Capital Social Subscrito	163.040.349	149.388.349
(-) Capital Social a Integralizar	(4.829.128)	(1.083.009)
	<u>158.211.221</u>	<u>148.305.340</u>

O capital social subscrito perfaz o montante de R\$ 163.040.349, representado por ações ordinárias nominativas escriturais no valor nominal de R\$ 1,00 cada, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

	Quantidade de Quotas	Participação (%)
Estado de Santa Catarina	157.477.712	96,2764%
Emp. Brasileira de Pesquisa Agropec. - EMBRAPA	5.554.778	3,7183%
Inst. de Previdência do Estado de SC - IPREV	3.929	0,0026%
Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA	3.929	0,0026%
	<u>163.040.349</u>	<u>100,00%</u>

NOTA 24. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Referem-se às subvenções recebidas do acionista controlador, Governo do Estado de Santa Catarina, para custeio de despesas operacionais (principalmente para custeio da folha de pagamento e seus encargos) referentes ao exercício de 2016, no montante de R\$ 308.234.305 (R\$ 315.748.724 em 31 de dezembro de 2015).

No que tange a parte financeira, a EPAGRI é uma Companhia dependente do Tesouro Estadual, sendo estas subvenções sua principal entrada de recursos.

NOTA 25. CONVÊNIO UNIÃO/ESTADOS/MUNICÍPIOS

São recursos obtidos através de convênios firmados com entidades governamentais e não governamentais com finalidades específicas na aplicação de projetos de cada convênio. Tais recursos são reconhecidos como receita à medida em que são dispendidos nos projetos do convênio ao qual pertencem os recursos.

Os valores representam em 31 de dezembro de 2016 R\$ 1.752.819 (R\$ 6.006.796, em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 26. RECEITAS MERCADO EXTERNO

Os valores representam receitas com royalties e serviços de análises técnicas auferidas no exterior. Em 31 de dezembro de 2016 R\$ 209.979 (R\$ 80.564, em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 27. VENDAS DE PRODUTOS

Representa a venda de produtos excedentes da pesquisa realizada pela Companhia.

Os valores representam em 31 de dezembro de 2016 R\$ 1.432.119 (R\$ 1.215.519, em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 28. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Decorre principalmente da assistência técnica e extensão rural aos municípios do estado, a elaboração de projetos e planos de crédito, serviços estes prestados ao agricultor catarinense, as receitas com royalties e com serviços de meteorologia.

Os valores representam em 31 de dezembro de 2016 R\$ 15.579.649 (R\$ 14.129.851, em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 29. OUTRAS RECEITAS

Receitas auferidas de modo eventual, como arrendamento e locação de imóveis, indenizações, doações e brindes, venda de sucatas e outras.

Os valores representam em 31 de dezembro de 2016 R\$ 170.887 (R\$ 235.365, em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 30. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Sobre as operações de prestação dos serviços, incidem impostos e contribuições, conforme legislação tributária. Segue a composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
PIS s/ Serviços Prestados	313.910	358.972
COFINS s/ Serviços Prestados	1.445.888	1.653.447
ISS s/ Serviços Prestados	556.299	501.397
	<u>2.316.097</u>	<u>2.513.816</u>

NOTA 31. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os valores apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Despesas com pessoal	300.930.750	314.422.441
Material de consumo e pesquisa	9.988.874	8.394.346
Serviços de terceiros	22.194.021	17.760.710
Outros serviços e encargos	7.073.701	7.281.694
Despesas tributárias	20.357.704	587.361
Depreciações e amortizações	7.641.766	6.176.004
	<u>368.186.817</u>	<u>354.622.557</u>

I – DESPESAS COM PESSOAL

Dos eventos ocorridos na folha de pagamento no exercício de 2016 destaca-se:

- A implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS 2015, em Janeiro de 2016, aprovado em Novembro de 2015 pelo Conselho de Políticas Financeiras do Estado, conforme Resolução CPF Nº 22/2015 e Processo SEF nº 12.307/2015, com impacto médio na folha de 12%.
- O reajuste do salário mínimo nacional de 11,67%, ocasionando um aumento no piso salarial dos Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários, Engenheiros Químicos, a partir de Janeiro de 2016.
- A alteração do valor do teto salarial a partir do mês de Janeiro de 2016, passando de R\$ 26.589,67 para R\$ 30.471,11.
- A reposição salarial de 9,83% para todas as categorias, conforme o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, devida a partir da folha do mês Dezembro de 2016, sem retroatividade.
- A alteração da base de cálculo do adicional de insalubridade da categoria profissional (Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários e Engenheiros



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Químicos) - (ACT 2016/2017) de R\$ 4.728,00 para R\$ 5.280,00 a partir do mês de Dezembro de 2016, sem retroatividade.

- f) O reajuste do Vale Alimentação (ACT 2016/2017) de R\$ 19,49 (Sindaspi) e de R\$ 19,00 (diversas categorias) para R\$ 21,22 por dia (22 vales/mês) a partir do mês de Dezembro de 2016, sem retroatividade.
- g) O reajuste do Auxílio Creche/Babá (ACT 2016/2017) de R\$ 908,00 para R\$ 1.009,00 a partir do mês de Dezembro/2016, sem retroatividade.
- h) A promoção por antiguidade (artigo 15 e 16 do PCCS), com variação no ano, conforme a data de admissão do empregado, sendo que os beneficiados no ano de 2016 tiveram um aumento de 3%.
- i) A correção das parcelas vincendas do PDVI (código 1081), conforme previsto na cláusula 12.2 do regulamento do PDVI, de modo que para os desligamentos ocorridos até Abril de 2015 a correção foi de 10,1303% e para os desligamentos ocorridos até Maio de 2015 a correção foi de 9,3217%.
- j) A rescisão de 13 contratos de trabalhos.
- k) A admissão de 7 empregados.
- l) A reintegração judicial/previdenciária de 2 empregados.
- m) O contrato com a empresa CIEE, no valor anual de R\$ R\$ 737.640,00, referente à contratação média de 60 Jovens Aprendizizes, com vigência até 30/04/2018.
- n) O contrato com a empresa DR. FLY, para elaboração e execução do Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme Norma Regulamentadora nº 07/1987, instituída pelo Ministério do Trabalho, no valor anual de R\$ 372.567,96 e com vigência até 31/12/2017.

Os eventos acima (com exceção do vale alimentação/ Contrato com a empresa CIEE e contrato com a empresa Dr. Fly) são base para o cálculo das férias, triênios, aniversário de empresa, 13º salários, licença especial, com uma carga patronal em torno de 46,4890% (INSS, FGTS, Programa de Saúde e Previdência Privada-Ceres).

II – SERVIÇOS DE TERCEIROS

Os valores referem-se a serviços realizados na Epagri por outras empresas especializadas, sendo os principais: vigilância e segurança; limpeza e conservação; manutenção e conservação em sistemas informatizados; manutenção e conservação de bens móveis e imóveis e de veículos; veiculações de artigos e publicações oficiais.

III – DESPESAS COM OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS

As principais despesas relacionadas neste item referem-se a gastos com fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, internet, cursos e congressos oferecidos a agricultores incluindo transporte dos mesmos, quando necessário.

IV – DESPESAS TRIBUTÁRIAS

O aumento em despesas tributárias e também seu principal valor, refere-se à provisão de processos de INSS os quais a companhia passa a considerar como provável, conforme explica a nota 22.

NOTA 32. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
(+) Receitas Financeiras		
Juros Recebidos e Outras Receitas Financeiras	20.865	3.753
(-) Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	(331.407)	(622.872)
Despesas Bancárias, IOF e Outros	(71.501)	(61.778)
Juros Pagos	(567)	(14)
	<u>(382.610)</u>	<u>(680.911)</u>

NOTA 33. REVERSÃO DE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Provisões trabalhistas	8.975.096	31.822.672
Contingências trabalhistas / Cíveis	1.373.197	30.000
Crédito de Liquidação Duvidosa	40.918	16.576
Juros Apropriados	0	481.442
	<u>10.389.211</u>	<u>32.350.690</u>

I – PROVISÕES TRABALHISTAS

Referem-se às provisões de direito do empregado, sendo: licença especial e gratificação de férias 25% (resolução CPF nº 17/2010), bem como os encargos legais incidentes. As reversões das provisões ocorrem no momento em que o direito é efetivamente pago ao empregado ou em que o empregado perde o direito.

II – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

São valores provisionados para prováveis perdas de processos trabalhistas já promovido pelo autor conta a Epagri, sendo contabilizados os valores atualizados das causas referente aos processos que, após análise da assessoria jurídica da entidade, são considerados de risco provável de desembolso futuro. As reversões destas provisões ocorrem no momento em que o processo é considerado encerrado, tanto para os processos perdidos quando para os que a entidade consegue reverter a probabilidade e é dado ganho de causa à Companhia.

III – CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 06 – Contas a receber de clientes.

IV – JUROS APROPRIADOS

No exercício de 2015, houve reversão de variações monetárias passivas / juros apropriados sobre a dívida de parcelamento PAES INSS (Refis II Lei 10.684/03) conforme extrato da dívida obtido no sitio da previdência social.

NOTA 34. OUTROS GANHOS E PERDAS LÍQUIDOS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receitas não operacionais	2.029.578	336.761
Despesas não operacionais	(240.387)	(121.637)
	<u>1.789.191</u>	<u>215.124</u>



No exercício de 2016, a administração julgou por bem decidir pela venda de uma aeronave que mantinha, conforme justificativa a seguir:

“Justificativa de Alienação de Aeronave Concorrência Pública 2016

“A administração dos bens públicos compreende normalmente a utilização e conservação do patrimônio público, porém, pode a Administração ter interesse público na alienação dos bens. É o caso em questão. A alienação é toda a transferência de propriedade, no caso remunerada, sob a forma de venda.

“O interesse público vem justificado uma vez que se trata de aeronave usada, fazendo com que sua manutenção seja constante em virtude do estado físico, onerando assim em demasia os cofres públicos, não justificando tamanho investimento para manutenção da mesma. Também é justificado o interesse público, uma vez que não mais se enquadra nos planos de sua utilização, além dos custos de seguro aeronáutico e guarda do bem no hangar do Aeroporto Hercílio Luz, justificando a necessidade de alienação deste bem.

“Considerando que o bem não vem mais atendendo a sua finalidade e aplicando o valor apurado na alienação, através de concorrência pública, na aquisição de novos bens afirma-se a necessidade da realização de tal processo licitatório.”

A alienação do bem foi efetuada na modalidade “concorrência” sob o número 0191/2016 resultando na receita de R\$ 1.533.100.

Também foram auferidas receitas na alienação de outros bens na modalidade Leilão, no valor de R\$ 396.000 em 2016 (R\$336.761 em 2015)

As despesas não operacionais no valor de R\$ 240.387 em 2016 (R\$ 121.637 em 2015) referem-se aos custos dos bens alienados (custo de aquisição subtraído as despesas com depreciação/amortização).

NOTA 35. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Foi reconhecido na escrituração contábil durante o ano de 2016, o valor líquido de R\$ (-) 109.945, referente a lançamentos indevidos ocorridos em exercícios anteriores, conforme segue:

Complemento da contribuição previdenciária de janeiro de 2010	(69.602)
Estorno de lançamento em despesa de salário em janeiro de 2010	17.001
Compensação de débitos e créditos do PIS e da COFINS exercício 2010	(3.873)
Compensação de débitos e créditos do PIS e da COFINS exercício 2011	(8.621)
Compensação de débitos e créditos do PIS e da COFINS exercício 2012	55.808
Estorno de lançamentos indevido/maior em 30/04/2015	18
Atualização ref. indenização trabalhista proc.SEAGRO junho de 2015	(86.259)
Cancelamento da fatura reembolso de salário de novembro de 2015	(14.415)
Total	(109.943)

Florianópolis, 31 de dezembro de 2016

Miriam Aparecida Zanotto
Contadora CRC/SC 027864

Jonas Pereira do Espírito Santo
Gerente Financeiro CRC/SC 028156

Luiz Ademir Hessmann
Diretor Presidente